

Biblioteca Anarquista



Comunismo anticivilização?

Contraciv

Contraciv
Comunismo anticivilização?
2016

<https://contraciv.noblogs.org/comunismo-anticivilizacao/>

bibliotecaanarquista.org

2016

Falar de crítica à civilização é sempre delicado. Quem toca nesse assunto pode ser facilmente acusado de sugerir um fim catastrófico para a sociedade industrial, o que deixaria os indivíduos e populações mais frágeis à mercê de doenças e ameaças naturais. Seria um genocídio. Porém, a questão é mais complexa que isso. Há várias abordagens possíveis, e nem todas são tão ingênuas assim.

Uma das abordagens é a da insustentabilidade da civilização. O modo de vida civilizado nos tornou dependentes de uma taxa de consumo que ultrapassa a capacidade de regeneração do planeta. Logo, o atual modelo de desenvolvimento econômico e social não pode ser aplicado globalmente. É preciso um modelo completamente diferente, e este modelo poderia ser baseado no que povos nativos tem feito por milhares de anos. Outros ainda sugerem que todos os modelos racionais são falhos porque são centrados no bem-estar humano e que somente a ausência de um modelo, um fluir espontâneo e livre, poderia ser sustentável. Essa ideia reflete a crítica de Emma Goldman à autoridade humana e sua colocação de que a única autoridade legítima é a autoridade da natureza.

Mas essa é só a superfície do problema. Ainda podemos nos questionar que conceito de natureza está sendo aplicado. Defensores do liberalismo, por exemplo, podem enxergar a natureza a partir das leis de mercado, sugerindo que a solução para a civilização seria uma espécie de anarco-capitalismo. Por outro lado, anticapitalistas sugerem que a civilização só seria um problema nas condições específicas do capitalismo e que numa sociedade pós-capitalista esses problemas poderiam ser facilmente resolvidos.

Contra ambas as posições e entrando em conflito até com o anarquismo clássico de Bakunin a Kropotkin, surge recentemente uma perspectiva que rejeita a ideia de progresso e de avanço tecnocientífico: a anarquia anti-civilização. O ponto principal da crítica à civilização é questionar a ideia de que o avanço civilizacional e a construção de cidades abastecidas por tecnologia industrial seriam resultados da simples capacidade humana de superar obstáculos, o desenvolvimento bem sucedido de uma capacidade humana fundamental. Somos seres inteligentes, racionais, com vontades infinitas, polegares opositores e cérebros maiores, logo parece evidente que construiríamos monumentos, arranha-céus, aviões e foguetes para alcançar a Lua e eventualmente sair desse planeta. Este seria o destino da humanidade. Mas para alguns teóricos essa visão mitológica seria extremamente prejudicial. Eles sugerem que essa mitologia nasceu dos primeiros

povos agricultores para justificar um modo de vida baseado em acúmulo e expansão de poder.

A população civilizada tem crescido exponencialmente desde a chamada “revolução agrícola”. Fora da área de influência do projeto civilizacional, a população humana permaneceu estável, como qualquer outra população de mamíferos grandes que estejam convivendo bem com seu entorno. Se a história humana se resumisse ao que aconteceu desde o surgimento das populações agrícolas sedentárias no Crescente Fértil, então estaríamos desconsiderando a maior parte do tempo em que seres humanos existiram. É isso que fazemos quando usamos o termo “pré-história”, como se esses povos ancestrais não tivessem história. Também não consideramos esses seres como plenamente humanos. Aachamos que eles viviam vidas miseráveis. Viviam como animais selvagens, sem nenhum requinte artístico, político, ético ou epistemológico.

É preciso deixar claro que a instabilidade ambiental não decorre necessariamente da instabilidade populacional. A instabilidade populacional é somente um indicativo. A questão não é somente quanto espaço há para seres humanos nesse planeta, mas a viabilidade de um modo de vida centrado na produção e no consumo, dependente de expansão contínua dos meios de produção. O problema central não é que esse crescimento compromete o ambiente, mas como ele compromete a vida humana em si. As relações entre as pessoas e demais seres vivos foram alteradas, de modo que os seres não humanos são agora considerados como fonte de recursos a ser utilizada exclusivamente pela humanidade. A questão é se esta alteração é viável, e obviamente ela esbarra na discussão sobre o que é o ser humano, ou se algo autenticamente humano pode ser sequer definido, destruído ou defendido.

Segundo a perspectiva anticivilização, o processo de desenvolvimento dos meios de produção levou apenas ao aprofundamento da dominação e da alienação, e não há saída deste processo num estágio final, numa superação dialética que eliminaria todos os conflitos. Os socialistas revolucionários esperam que os anarquistas em geral cooperem com a revolução proletária e acreditem que por meio dela esse problema será resolvido. Falam em reorganizar a sociedade de modo a acabar com o conflito de classes, mas não se opõem ao processo que gerou os atuais meios de produção. Sua utopia se limita ao uso desses mesmos meios a serviço de todos os homens ao invés de apenas alguns. Acreditam que a produção e o consumo serão regulados pelas necessidades dos trabalhadores tomados

como um coletivo. Eco-anarquistas ou anarquistas verdes em geral não consideram essa proposta satisfatória, pois ela ainda depende de um processo de crescente enquadramento da natureza num modelo econômico centralizado no humano. Uma sociedade onde o trabalho é direcionado à obtenção do lucro e regulado pelas leis de mercado é tão condenável quanto uma onde todo processo natural é direcionado exclusivamente às necessidades dos seres humanos e regulado por leis humanas, porque ambas são utilitaristas em relação aos seres não humanos.

A perspectiva política tradicional não vê problema algum no avanço das forças produtivas, mas somente no seu direcionamento. A crítica dela está restrita à relação entre pessoas, e não considera a relação entre todos os seres vivos, ou a considera somente com base na relação entre pessoas. Ela preza o avanço das forças produtivas como modo de diminuir o tempo de trabalho humano, supostamente aumentando a liberdade e melhorando a qualidade de vida, mas não considera que essas mesmas forças submetem outros seres a um grau de controle ainda maior, enquanto nos submete a uma dependência tecnológica cada vez maior.

Tanto comunistas quanto liberais são deterministas em relação ao desenvolvimento tecnológico. Ambos consideram normal que a vida humana seja cada vez mais mediada pela tecnologia, só discordam quanto à distribuição dos benefícios. Seres não humanos continuarão sendo tratados como propriedades humanas, individuais ou coletivas. A única saída é eliminar a propriedade de seres não humanos, que começou com o desenvolvimento de técnicas de agricultura expansiva.

Coletivizar uma indústria que precisa extrair, possuir, confinar, hibridar, reproduzir, abater e processar outros seres não resolveria o problema. Tais meios não deveriam ser coletivizados, e sim abandonados. Não se trata de economizar recursos naturais e humanos, mas de romper as mediações construídas e restabelecer a comunicação, diminuir nossa alienação fundamental. É impossível continuar dependente da mineração, da produção de combustível e da indústria pesada para se locomover, por exemplo. É impossível continuar dependendo do sistema agroindustrial para se alimentar. Esses “meios de produção” são impossíveis de reformar, mesmo quando não implicam na exploração de trabalho humano.

Estamos questionando também a concepção que trata este modo de vida como avançado e outros modos de vida como atrasados. Existe um determinismo na ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas civilizadas seria simplesmente inevitável, sendo uma simples consequên-

zadas. Quando distinguimos o ser humano dos outros animais usando características civilizadas, confundimos civilização e humanidade, e consequentemente excluímos os povos não civilizados da categoria humana, ou pelo menos os diminuímos como se fossem atrasados.

Socializar os meios de produção apenas distribui igualmente as ferramentas para construir a civilização. Isso impediria o acúmulo desigual entre humanos, mas não o acúmulo humano. E não se sabe sequer se teremos recursos suficientes para o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em todos os lugares do globo. A má notícia é que a civilização dificilmente pode continuar existindo sem algum tipo de expansionismo. A civilização se sustenta no controle sobre outros seres, considerados como “recursos”, e na dependência de avanço tecnológico, que tende somente a elevar a instabilidade e a complexidade social. A má notícia é que os meios de produção civilizados só podem produzir mais civilização, e a civilização é fundamentalmente alienante, o que significa que nossos atuais meios de produção nos condenam à morte, isto é, à inviabilidade da vida humana. A boa notícia é que nós nunca dependemos da civilização para viver. A boa notícia é que a civilização não é a humanidade, e que somente a civilização está condenada ao fracasso. A humanidade poderá continuar existindo se não afundar junto com a civilização. Decorre daí a importância central de desvencilhar-se da civilização ao invés de acomodar-se mais confortavelmente nela.

biental não é um “sacrifício necessário” ou um “preço a ser pagar” pelo avanço em todos os níveis. Nossa vida não depende da civilização, não só podemos viver sem ela como algumas populações ainda vivem assim, e continuarão vivendo se nós não as impedirmos.

A escolha é entre a continuação do processo civilizatório ou a continuação da vida humana em toda sua diversidade.

A domesticação não é um elemento constitutivo da espécie humana, é uma construção social opressiva que rompe com os mecanismos de retroalimentação negativa que mantinham a relação entre o mundo humano e o mundo de cada um dos outros seres vivos. Domesticação e racionalidade instrumental são sintomas de uma alienação primordial.

Na sociedade capitalista, somos manipulados pelo ideal de independência financeira na medida em que ele se torna objeto de busca individual, mas só pode ser realmente encontrada adequando-se ao modelo exigido pelo mercado de consumo. Pessoas livres e donas de si mesmas podem vender-se ao capital pelo melhor preço. O que chamamos de justiça acaba atendendo apenas à resolução de conflitos internos para permitir a continuação do processo de escravidão assalariada. É mais ou menos o que ocorre com a psicologia quando esta busca apenas fazer com que o indivíduo se ajuste ao seu entorno social e seja feliz. A psicologia conservadora condena os indivíduos que não se ajustam à insanidade do seu entorno social, assim como o direito tradicional condena os indivíduos que não se ajustam à ordem social dominante.

A maioria das nossas teorias sociais foi formulada por pensadores que viveram num contexto muito diferente, que não sabiam nada sobre as questões que estamos debatendo hoje. Estavam em posições privilegiadas e reproduziram suas concepções de mundo em suas teorias. Nós ainda ficamos muito acanhados quando falamos sobre eles, os colocamos em pedestais como se não pudessem ser questionados, criticados, atualizados ou mesmo respondidos, corrigidos, superados, substituídos... Não porque haja algo realmente definitivo ou insuperável no pensamento deles, mas porque nós temos medo de nos afastar demais do centro gravitacional que eles estabeleceram sobre esses temas. Medo de ficar à deriva e não saber mais do que estamos falando e para onde estamos apontando. Enfim, temos medo de quebrar as compartimentações do pensamento e diminuir nosso controle.

Precisamos considerar que nosso terrível medo das privações e nosso desejo insaciável por controle são características intrinsecamente civili-

cia do avanço histórico humano, e por isso deveria ser aceita mesmo quando implica em escravidão e guerras massivas num estágio primitivo de acumulação. Alguns comparam tal violência às dores do parto, como se a humanidade estivesse prenhe de uma sociedade mais justa. Essas consequências são necessárias apenas para o avanço da civilização, mas o avanço da civilização não é necessário à humanidade. Esses modos de produção não pertencem a um estágio necessário da história humana, porque não existem estágios necessários da história humana. A história da civilização é a história de um modo de vida que dominou todos os outros, não é a história da humanidade.

Nossas forças produtivas dependem da extração de recursos como petróleo e minérios, e essas atividades são inerentemente prejudiciais a diversos seres vivos. Não há nenhuma maneira de extrair esses recursos sem um trabalho humano degradante ou impacto ambiental injustificável ou aumento da dependência tecnológica, que aumenta nossa alienação em relação aos demais seres vivos.

Não podemos mudar o passado ou voltar a um estágio anterior. Mas os modos de vida em que o desenvolvimento das forças produtivas civilizadas não ocorreu não pertencem ao passado, não representam um estágio que deve necessariamente ser ultrapassado, rumo ao capitalismo pleno, para então podermos superar o capitalismo e vivermos numa sociedade sem classes. Essa dialética histórica na qual o avanço dos meios de produção é necessário confunde a história da humanidade com a história da civilização. A expansão da civilização não é necessária à humanidade porque a civilização não é necessária, e nenhum agrupamento humano está destinado à civilização. A civilização só é vista como necessária na história dos poucos povos que criaram um modo de vida expansionista e se espalharam pelo mundo por meio de guerras de conquista, invasão, escravidão e assimilação. Destes, só um conseguiu sobreviver mais tempo, e já está à beira do colapso. Este povo, a humanidade civilizada, não representa a humanidade como um todo. Os outros modos de vida não estão em estágios primitivos da história, eles representam a resistência a uma força opressora.

Se a história segue um curso que necessariamente leva todo e qualquer agrupamento humano a desenvolver suas forças produtivas de modo a se tornar semelhante ao que nós somos hoje, então não há nada que possamos fazer. Nesse caso a crítica à civilização pode ser descartada, porque a civilização não seria criticável. Sendo uma necessidade histórica,

ela é uma consequência de uma lei natural, e lutar contra isso seria lutar contra a natureza. Se isso for verdade, a discussão acaba antes de começar.

Mas os homens que fizeram sua história sob as condições materiais do desenvolvimento das forças produtivas segundo um modelo civilizacional não são todos os homens. São alguns homens, não representam a humanidade. Afirmar o contrário é afirmar que povos nativos são atrasados, primitivos, ingênuos e por aí vai.

Do mesmo modo, a tecnologia civilizacional não é exatamente humana. Não é nem pode se integrar ao humano sem torná-lo desnecessário. A tecnologia está necessariamente vinculada a um determinado discurso sobre os seres vivos. Se a questão de classes fosse o único fator que viesse o desenvolvimento tecnológico, tudo poderia ser resolvido com uma revolução comunista. A história da civilização pode ser realmente a história da luta de classes, mas a história da humanidade não é história da civilização, nem a história da luta de classes. Para que fosse desse modo, perdoe a repetição, seria necessário tratar os povos que não se desenvolveram do mesmo modo que nós como “historicamente atrasados”. Este ponto central precisa ser enfatizado.

A naturalização da civilização implica necessariamente na desumanização do homem não civilizado. A ideia de que o uso civilizacional de recursos pode ser comparável à relação de qualquer outro ser com seu meio implica nessa naturalização. Daí se chega ao argumento reformista, a ideia de que construir uma barragem para uma hidroelétrica é essencialmente o mesmo que um castor faz quando coloca troncos num rio. Mas a naturalização do modelo de extração civilizacional não passa de uma falácia naturalista.

O que torna a extração civilizacional fundamentalmente alienante não é apenas a quantidade de recursos que são extraídos, mas o modo como são extraídos. Tratores, escavadeiras, poços de petróleo e minas de bauxita não são predatórias apenas por seu tamanho, mas pelo fato de que foram construídas tendo em vista unicamente as necessidades civilizadas. Elas foram construídas para suprir as demandas de uma organização civilizatória, elas não podem suprir as “demandas” das florestas, dos rios e das montanhas ao mesmo tempo. A tecnologia civilizada pode se tornar mais “ecológica” na medida em que a civilização tenha a necessidade de economizar recursos para continuar existindo. Porém, o processo civilizacional, seu avanço ou desenvolvimento necessário, e a matriz cultural que ela pressupõe, não pode se tornar menos destrutivo para a huma-

numa sociedade onde não houvesse acúmulo e expansão. Sem acúmulo toda nossa indústria se tornaria inútil.

Predadores devoram outros seres para se alimentar. Civilizados não são predadores. Civilizados interferem nas condições de vida de populações ou espécies inteiras, não para se alimentar, mas para expandir a civilização. O logocentrismo fez romper o diálogo existente entre nós e os seres que matamos. Ao longo do lento desenvolvimento da capacidade de caçar e coletar, foi feita uma comunicação gradual entre ambas as partes. Uma relação de predação depende de um envolvimento de ambas as partes num mesmo processo. Se uma delas for prejudicada, ambas as partes serão. A predação só existe porque produz benefício para ambas as partes. Ela é uma relação de cooperação. A domesticação rompe esta cooperação. A domesticação não se comunica, não espera pela resposta da outra parte, ela estabelece domínio. Não considera o outro, age por conta própria e se impõe sobre o outro.

O corte na comunicação ocorre quando não se espera mais que seu comportamento seja gradualmente assimilado na complexa rede de relações entre os seres. Ele altera artificialmente os fatores para impor sua vontade, evitando qualquer retaliação. A domesticação é a primeira relação não igualitária e a primeira técnica de tortura. Ela é impossível sem o excepcionalismo.

Nós podemos facilmente ver o predador como opressor e a presa como vítima, mas não é tão simples assim. A predação não implica em alienação. A domesticação, por outro lado, nos afasta não apenas de outras espécies, mas de outras populações humanas que não fazem o mesmo. Quando interferimos desse modo nas condições de vida de outros seres, estamos dizendo que não nos importamos de fato com a “subjetividade” deles. Nós nos consideramos no direito de controlar e alterar o mundo por decisão própria. Isso nos coloca no papel de deuses, reis ou gestores com poderes legais, como se o mundo tivesse sido delegado a nós por causa de nossa capacidade cognitiva.

A mudança nessa relação é relativamente recente se considerarmos toda a história humana. A civilização nasce do desrespeito pelo outro. Mas nós não somos necessariamente civilizados, meramente estamos civilizados. Nós somos seres humanos e nos tornamos civilizados pela educação. Podemos mudar. Não é impossível, é apenas muito difícil.

Nós sobrevivemos por centenas de milhares de anos sem nenhum sinal de indústria ou domesticação. O crescimento exponencial do impacto am-

Os revolucionários nos pedem que priorizemos o fim do capitalismo e da sociedade de classes para que então; depois de estabelecidas as condições da emancipação humana; possamos começar a pensar também em emancipar os outros seres. Eles pedem que pensemos primeiro em radicalizar a civilização, elevando-a ao seu grau máximo, e depois pensemos se ela é viável ou não. O fim da sociedade de classes pelo avanço da “história” só nos torna ainda mais dependentes da civilização. Logo, a questão é se a civilização é um problema central ou não.

Outra questão é se a civilização é um processo que ainda pode ser interrompido. Uma vez que iniciamos o processo civilizatório, será que podemos pará-lo? Ou devemos aceitá-lo com todas as suas consequências? Devemos apenas mudar as relações internas de modo a eliminar o conflito interno, o conflito de classes, para que então possamos continuar inseridos nesse processo de modo igualitário? Por que deveríamos acreditar que esse é um processo inexorável? Por que deveríamos acreditar que ele é um processo mais ou menos previsível, e que aplicando certos métodos científicos, podemos determinar a existência de um resultado benéfico no fim de todo um processo de degradação? Como acreditar nisso sem partir de uma concepção progressiva da história, em que uma condição por fim produz seu próprio oposto?

Supondo que exista uma forma racional de aproveitamento dos recursos, permitindo que a terra se recupere do dano causado a ela de modo que possamos causar o máximo de dano possível por um tempo indefinido, isso faria a civilização deixar de ser um problema? O termo “insustentabilidade” tem sido definido como “dano que supera a capacidade de regeneração”. A ecologia tem sido aliada do discurso econômico quando fala de preservação e uso racional dos recursos. A questão verdadeira é a legitimidade moral de causar dano a outro, mesmo que o dano seja recuperável. De outro modo, não haveria problema em roubar pessoas desde que se respeite o tempo para a pessoa se recuperar do dano. Mesmo porque, sem isso, roubar se tornaria insustentável.

As necessidades humanas não justificam, em nenhum cenário imaginável, o esforço e o gasto de recursos para se construir uma indústria baseada em mineração, fundição, agricultura, etc... Não é a necessidade que nos leva a acumular mais do que podemos carregar, a criar um modo de vida baseado na produção de excedentes, dependente de recursos que não são locais, de engenharia e de maquinaria. Tratores jamais existiriam

nidade, já que as necessidades e características humanas continuariam sendo gradativamente substituídas por necessidades e características civilizadas. Enquanto alguns poderiam chamar isso de “amadurecimento”, outros chamariam de “domesticação”.

Alguns temem que esta crítica não passe de uma estratégia retórica para desmoralizar a revolução proletária e manter privilégios de classe. Quem dera fosse tão fácil dispensar tais questionamentos, todos nós dormiríamos melhor assim. Mas o objetivo dessa crítica é apontar para uma questão central que ainda não foi devidamente tratada pelos pensadores sociais, e que não pode mais ser negligenciada.

Existe algum método pelo qual poderíamos verificar se a civilização em si é realmente viável? Podemos questionar a ideia de que a história é composta de estágios, que nossa sociedade está num estágio mais avançado que as outras, e que reverter o processo de desenvolvimento das forças produtivas significa retroceder para um estágio anterior? De onde tiraremos os recursos necessários para o pleno desenvolvimento das forças produtivas em todo o mundo? Estas perguntas só são úteis se você já questiona certas premissas.

A visão capitalista se iguala à visão socialista neste ponto: ambas buscam um tipo de maximização econômica, seja a maximização do lucro ou a maximização da eficiência produtiva. Chamemos isso de discurso econômico, algo que alguns autores chamariam apenas de “racionalização”.

O discurso econômico se apresenta bastante negativo quanto à condição não civilizada, pois esta seria uma condição onde o lucro ou a eficiência produtiva estão minimizados. Isto quase sempre se traduz em “necessidades básicas mal atendidas”, “tempo de trabalho excessivo” ou “excesso de esforço para realizar o trabalho”. A fome e a morte prematura seriam resultados dessa condição, que só pode ser superada por meio do avanço da tecnocracia. Todo preço seria pequeno para eliminar a experiência da escassez de nossas vidas.

Mas por que uma vida naturalmente mais curta seria tão terrível? Por que o envelhecimento artificial, sustentado por tecnologias, justificaria coisas piores que uma morte natural? Por que justificamos os piores crimes da humanidade como se fosse um preço aceitável a se pagar para se livrar de uma condição na qual permanecemos por mais de 99% de nossa existência? Vivemos por centenas de milhares de anos sem agricultura expansiva. Aprendemos a amar, a curar, a cuidar, a correr, a escalar, a nadar, a viver a vida livremente. E agora julgamos que melhorar a “qua-

lidade” (ou seria a quantidade?) de vida é tão importante que faz todas as atrocidades cometidas pelos colonizadores civilizados valer a pena. Na verdade, aumentar a expectativa de vida é a justificativa perfeita para o acúmulo, para o fim da divisão mais justa possível de vida entre todos os seres vivos.

Eliminamos a fome produzida pela estiagem e criamos a fome que ocorre em meio à abundância. Criamos uma fome perversa, que não mata do mesmo modo que um desastre natural, pois não mata igualmente. Mata apenas os excluídos, mata seletivamente, ela é um mecanismo de defesa para preservar os mais privilegiados. Nós abandonamos o ciclo de fartura e fome que limita a vida de todos os seres vivos. Assim, colocamos um peso insustentável sobre nossas costas, assumimos a responsabilidade sobre a vida e a morte, não só a nossa própria, mas também a de outros seres que agora só existem para nos servir. Esse domínio sobre o mundo não eliminou nenhum problema humano, ele apenas transferiu para outros lugares, porque estes “problemas” não podem ser eliminados. Tentar evitar pseudoproblemas é a causa de todos os nossos verdadeiros problemas.

Segundo a mitologia grega, Prometeu deu o conhecimento do fogo dos deuses para os homens. Quando deixamos de depender somente dos recursos locais, entramos num inevitável processo de alienação. A condenação de Prometeu é pior que a condenação à morte: é a condenação de viver eternamente isolado, sem poder morrer, totalmente alienado do ciclo da vida.

Nós nos sentimos no direito de exigir mais do que a terra dá a todos os outros seres. Achamos que somos muito especiais, que somos mais merecedores do que qualquer outro ser vivo porque possuímos capacidades superiores.

Sem escravidão a civilização não teria emergido da barbárie e atingido o grau atual de sofisticação e ao mesmo tempo de degradação, coesão e ao mesmo tempo fragmentação. Sem barbárie não haveria civilização, e não há barbárie sem civilização. São dois lados da mesma moeda. Mas os povos não civilizados não são bárbaros. Não estão em nenhum dos lados dessa moeda.

A civilização só se livra do mal que ela mesma cria. Ela precisa criar a barbárie para então superá-la, criando uma barbárie superior, e assim por diante. Essa dialética consiste no constante aprimoramento das ferramentas de escravização e degradação da vida. A relativa superação disso que

chamamos de “trabalho escravo” se deu somente pela criação de métodos de controle mais eficientes, e não de emancipação real.

Toda emancipação possível na civilização é relativa. Emancipa-se de um aspecto apenas para se tornar ainda mais dependente de outro aspecto, aprofundando o problema ao invés de resolvê-lo.

A humanidade não está, por si só, numa condição miserável em que necessita da civilização para melhorar suas condições da vida. Afirmar isso seria dizer que a vida humana, por si só, é insuficiente. Que a humanidade não foi provida com aquilo que precisa para viver plenamente. Trata-se de um excepcionalismo, uma concepção que deve ser desconstruída.

O que criticamos no pensamento marxista é a crença de que por meio da civilização poderíamos chegar a condições de igualdade, semelhantes às que tínhamos antes, sem nos livrar de tudo que produzimos para destruir essas condições. Ou seja, que podemos ter os benefícios da vida comunal sem abandonar os “benefícios” da civilização.

A história humana não pode ser pensada a partir da história da civilização. O problema talvez seja considerar o materialismo histórico-dialético como único método válido de análise da história. Embora a história da civilização possa ser analisada por este método, a história da humanidade não faz parte do mesmo processo. A civilização representa uma ruptura radical em relação à história da humanidade como um todo. Além de ocupar apenas uma fração do tempo desta, ela é protagonizada por apenas uma fração dos seres humanos, que se espalharam e estabeleceram domínio sobre outros territórios, substituindo a história dos povos dominados pela história dos dominadores, ou seja, a história da civilização subjugada a história das diversas populações humanas. O conceito moderno de história está vinculado ao conceito de progresso.

É verdade que o fim da propriedade privada dos meios de produção e o fim do trabalho como fonte de riqueza mudariam substancialmente nossa relação com a natureza. O discurso econômico afirma que a natureza é a fonte real tanto da riqueza quanto da força de trabalho. Mas isso não é suficiente para questionar a domesticação e a dominação civilizacional. Significa apenas o fim da exploração do civilizado sobre o civilizado. Não importa se o ambiente será utilizado de modo “racional” ou não, o problema está na própria relação utilitarista com a natureza. Não se trata de preservar recursos, mas de abandonar a razão instrumental na relação com os demais seres vivos.